

Uma ação médico-higienista sobre a infância: o Dr. Alfredo Magalhães e o Instituto Normal da Bahia (1910-1929)

Virlene Cardoso Moreira
Professora do Instituto Federal da Bahia/IFBA

Entre os discursos que marcaram a construção da sociedade brasileira na chamada Velha República, os que envolveram a infância, seja nos campos jurídico, médico, assistencial, educacional, foram ocupando espaços expressivos, vez que os cuidados com as crianças passaram ser vistos como condição para se chegar ao Brasil nos moldes dos países considerados desenvolvidos.

A circulação das ideias sobre diversas questões pertinentes ao mundo das crianças teve vital importância para consolidação de ações imbuídas da proteção à infância, em diferentes instâncias. Os jornais, discursos em eventos públicos e acadêmicos, assim como congressos especializados, constituíram espaços privilegiados para veicular informação, mas, sobretudo, articular expectativas em prol da infância.

Dentre o conjunto de intelectuais voltados a essa causa, os médicos ocuparam um lugar de destaque, pois conduzindo a prática médica ao social, inserindo-se em ambientes diversos do tradicionalmente voltados para a cura (os hospitais), ocupando as escolas, as moradias, as instituições de assistência social, se fizeram presentes na sociedade em questões para além da saúde e doença. Em 1901, o médico Moncorvo Filho defendia que profissão

[...] alguma melhor que a do médico permite reconhecer as misérias humanas e os múltiplos e intrincados problemas de que depende a sua melhoria. Compete-nos positivamente levantar a nossa voz pelos que sofrem e desses são, incontestavelmente, as criancinhas inocentes e indefesas que de nós exigem o maior interesse e cuidado pelo seu bem estar. (GONDRA, 2002:304)

O discurso do Dr. Moncorvo Filho representava uma racionalidade que não estava restrita aos médicos. O cuidado científico das crianças como projeto civilizatório foi compartilhado por intelectuais de diversos matizes e profissionais de outras áreas, a exemplo da jurídica e educacional, embora tenha sido o saber médico (por ter reunido argumentos, estudado procedimentos, investido em técnicas, inventado tecnologias e criado instituições) o responsável por criar uma representação da infância, pautada no

discurso higiênico, que acabou forjando uma racionalização do saber-poder sobre a vida. (GONDRA, 2000, 2002, 2003; GONDRA E GARCIA, 2004; GONDRA E FERREIRA, 2006; GONDRA, 2010; KULMANN, 2002)

Os projetos que visavam modelar os sujeitos e a sociedade através da higienização prescreveram procedimentos diversificados, que iam do controle das condutas dos pais ao espaço escolar das crianças, e mobilizaram ações em diversas frentes, como propagação do ideal higiênico em veículos de circulação ampla, debates em eventos acadêmicos, criação de instituições filantrópicas de assistência à infância desvalida, além da inserção na educação formal, nos níveis elementar, secundária e superior.

É da tática médica-higiênica na educação escolar que este trabalho irá se ocupar. O objetivo aqui é falar da ação higiênica do médico e filantropo Alfredo Magalhães no Instituto Normal da Bahia entre os anos de 1910 e 1929. Essa atuação foi propagada em diversas ocasiões, mas serão utilizados dois trabalhos científicos apresentados pelo médico. O primeiro, intitulado ‘Desenvolvimento do ensino da Higiene e da Puericultura nas Escolas Normais’, foi apresentado no 1º Congresso Americano da Criança (CAC)¹, em 1916, em Buenos Aires, derivado, de certa forma, do apresentado em Bruxelas, no Congresso Internacional para a proteção à Infância, em 1913, com o título ‘Vulgarização da puericultura’. E outro apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, no Rio de Janeiro, com o título ‘Educação eugênica em geral, consciência da responsabilidade eugênica na família, nas escolas, nas universidades’.

Em 1896 Dr. Alfredo Magalhães passou a lecionar no Instituto Normal da Bahia, como professor da disciplina ‘Biologia e Higiene Geral’. O regulamento do Ensino Secundário e Profissional do Estado, datado de 04 de outubro de 1895, em seu artigo 119, assim como o artigo 327, da lei 579, de 03 de outubro de 1904 (que reforma o regulamento citado) apontavam a necessidade de preparar o professor para ministrar nas escolas os conhecimentos da higiene geral, devendo as lições perpassar os seguintes temas: ar, água, alimentos, vestuário, habitação, vacinação, higiene infantil além de

¹ O 2º CAC ocorreu em 1919, em Montevideu, e o 3º CAC no Brasil, Rio de Janeiro, em 1922, juntamente com o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Atualmente Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente, teve as seguintes edições: Chile (1924 e 1973) Cuba (1927) Peru (1930 e 2009), México (1935 e 2004), EUA (1942 e 1984), Venezuela (1948), Panamá (1955), Colômbia (1959), Argentina (1963 e 1999), Equador (1968), Uruguai (1977), Costa Rica (1993).

doenças contagiosas, doenças de animais transmissíveis ao homem e doenças contraídas na escola.²

A higiene foi a face mais expressiva do projeto civilizatório. Renato Kehl (1926) assim a define:

Arte de conservar a saúde, e si é verdade, com diz a sabedoria antiga, que a saúde é o primeiro dos bens, a hygiene deve ser a primeira das artes.

Sim é arte e não ciência, representa a aplicação de todos os conhecimentos com o objetivo coordenado de proteger a saúde, prolongando vida dentro dos limites optimos de sua duração normal. E é arte victoriosa, conseguindo aos poucos expurgar o planeta das pestes, das infecções, sanear regiões insalubres, valorizar o solo e beneficiar a vida humana em todos os sentidos (GONDRA, 2003:28)

Havia, também, a defesa da Higiene como “sciencia da infância”(GONDRA, 2002, 2003). Ciência ou arte, a higiene estava presente na formação médica, como uma disciplina, e seus postulados agregavam saberes pertinentes a diferentes áreas do conhecimento. Tratando da saúde coletiva ou individual, a Higiene foi fundamental à configuração de uma medicina social que, como defendia Dr. Fernando Magalhães (1923), compreenderia o “apostolado da instrução e da saúde”.(KUHLMANN, 2002:473)

A estratégia entendida como mais eficaz, não somente pelo médico Alfredo Magalhães, para esse empreendimento higienista foi a articulação entre educação e saúde. A instituição escolar era vista como espaço ideal para preservar a infância e juventude de influências consideradas perniciosas, e ambiente privilegiado para a difusão dos princípios higiênicos, vez que através das crianças os preceitos ensinados chegariam às casas, atingindo, portanto, o comportamento das famílias.

A partir de 1910 Dr. Alfredo Magalhães iniciou um processo de incorporar as noções de Puericultura e, mais tarde, da Eugenia nas lições de higiene geral. “Não era possível deixar de acompanhar o movimento progressista que se desenhava no Velho Mundo.” (DESENVOLVIMENTO..., 1916:5) Assim justificou o médico. Deste ponto, então, o ensinamento das lições de higiene no Instituto Normal tem seu caráter ideológico acentuado.

² A lei n. 1051, de 18 de agosto de 1914, que reformou o Ensino Profissional, conservou na Escola Normal o ensino da higiene.

O Instituto Normal formava professores em nível médio para atuarem no ensino primário e secundário, ou seja, seriam multiplicadores das ideias da medicina higienista. O curso ministrado pelo Dr. Alfredo Magalhães constava de 10 lições sobre puericultura, sendo 3 voltadas para a preventiva, 1 para a puericultura no seio materno e 6 lições sobre a puericultura depois do nascimento. (EDUCAÇÃO EUGÊNICA..., 1929)

Na puericultura preventiva, os assuntos tratados eram: idade dos cônjuges, casamentos consanguíneos, saúde e doença dos contraentes. Exercício e repouso, choques morais e traumatismos, auto-intoxicação gravídica, assistência à mulher grávida eram os ensinamentos da lição Puericultura no seio materno (intra-uterina). Os itens apresentados na lição puericultura depois do nascimento: nascimento, morte aparente do recém-nascido, cuidado com os olhos, cordão umbilical, tratamento do umbigo até queda e cicatrização; banho, cuidado com a pele e couro cabeludo, peças do vestuário; o leite, quarto e sono dos recém-nascidos; primeiros alimentos, alimento natural (materno e mercenário), aleitamento artificial (fiscalização do leite); a primeira saída, vacinação, primeiros passos, desmame. (EDUCAÇÃO EUGÊNICA..., 1929)

Além dessas dez lições de puericultura, durante o ano o médico-professor ministrava um curso de higiene geral e higiene aplicada à escola, que obedecia o seguinte programa: higiene do ar; vestuário e habitação particular, sua adaptação às exigências da saúde, vícios e preconceitos a destruir a bem do vigor físico, intelectual e moral; doenças contagiosas; puericultura como elemento de progresso nacional; papel e importância do educador na proteção à infância; higiene da escola e do aluno. (EDUCAÇÃO EUGÊNICA..., 1929)

A puericultura é definida, tradicionalmente, como “o conjunto de técnicas empregadas para assegurar o perfeito desenvolvimento físico e mental da criança, desde o período da gestação até a idade de 4 ou 5 anos, e, por extensão da gestação à puberdade” (BONILHA, LR e RIVORÊDO, CR, 2005:7). Cuidar da criança, segundo os ditames puericultor, deveria abranger os aspectos não só biológicos, mas, ainda, psicológico e social. A dimensão alcançada pela puericultura não apenas livraria as crianças de doenças, mas provocaria melhorias no componente genético, resultando num adulto mais “saudável”.

Durante as quatro primeiras décadas do século XX, a puericultura assumiu importância científica e política. Ela se institucionalizou e se solidificou como elemento essencial ao projeto higienizador, prática ideológica, portanto. O médico Martagão Gesteira (1943) dá-nos uma mostra do alcance da ação puericultora.

E pouco a pouco, de par com os progressos da civilização e o desenvolvimento do cristianismo, o interesse e o cuidado pelos meninos se foram tornando cada vez maiores e desdobrando-se em medidas legislativas de amparo à mãe e à criança, em obras diversas de assistência moral, material, médica e jurídica à maternidade e infância desvalida, tudo o que constitui hoje o acervo de uma verdadeira ciência, extremamente vasta e complexa, a que se ajusta o termo de puericultura, que, em 1865, punha em foco Caron. (BONILHA, LR e RIVORÉDO, CR, 2005:8)

Para Dr. Alfredo Magalhães a puericultura (principalmente na pré-fecundação) era a eugenia. Na impossibilidade de praticar a seleção violenta da raça (como justificou no Congresso de 1929), pregava o ensinamento e aconselhamento para a prática de uma seleção raciocinada, razoável. Defendendo a ideia que os filhos herdavam dos pais características positivas, a exemplo do corpo atlético e “saudável”, assim como negativas, como um corpo raquítico e “doente”, divulgava a necessidade de controle do matrimônio, através da seleção dos esposos. A ação, segundo ele, seria em prol da infância, já que as crianças eram as maiores vítimas da degeneração humana.

Adulto selecionado geraria crianças com perfil aceitável dentro do modelo social interessante à elite. A seleção desse adulto, por sua vez, implicaria em transformar as crianças desde a tenra idade, conservando os caracteres tidos como úteis, vantajosos e banindo os nocivos à nova ordem. A herança, como transmissão social, então, funcionaria como arma, estando a vitória relacionada ao manejo adequado dela.

Todas as lições ministradas na disciplina ‘Higiene Geral’ no Instituto Normal da Bahia a partir de 1910 seguiram o itinerário prático da ação higiênica e eugênica. Na década de 1920, Dr. Alfredo Magalhães introduziu no programa da disciplina um ponto explícito sobre eugenia: trata-se da lição ‘princípios da eugenia’. Encontra-se aqui, não só a defesa de uma ideia, mas a prática de uma educação eugênica, ancorada nos preceitos da puericultura chamada preventiva.

A educação como estratégia eugênica foi alvo de debate no I Congresso Brasileiro de Eugenia. Onde estaria o ponto central do “aperfeiçoamento” do homem, no componente biológico ou social? As duas posições foram representadas no referido

evento. Um dos representantes da hereditariedade como responsável pela seleção da raça foi Renato Kehl. A partir de uma perspectiva biológica, via o homem como escravo da sua natureza, “indelével a simples influências morais e mentais, preso a uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o caráter, de modo inexorável – a hereditariedade” (KEHL, 1929 apud GONÇALVES, 2010). Kehl considerava que a educação não teria força suficiente para afastar os elementos degenerativos do homem.³

Levi Carneiro representou o grupo de eugenistas que, ao contrário de Kehl, defendia a educação como propulsora de mudanças sociais, capaz de imprimir uma forma definitiva ao homem, acrescentando que a hereditariedade consistia somente em uma potencialidade física. Seu argumento em favor da importância da educação estaria no fato dela ser transmitida de indivíduo a indivíduo e se disseminar por toda a sociedade e, ainda, por ter uma tendência a corrigir “vícios” hereditários. Neste ponto, ressaltava que caberia ao Estado difundir a educação, e, através de leis, formalizar as ideias eugênicas na organização educacional. (GONÇALVES, 2010)

Dr. Alfredo Magalhães compartilhava das ideias de Levi Carneiro, mas não esperou medidas oficiais para inserir no programa de sua disciplina lições eugênicas, conforme dito anteriormente. Antecipou-se ao aspecto legal, pois acreditava que a difusão dos preceitos eugênicos eram imprescindíveis à preservação não só dos indivíduos, mas salvaria a família, a sociedade e a raça.

A atuação pedagógica do médico não ficou restrita à disciplina que lecionava no Instituto Normal da Bahia. Como professor e dirigente da instituição, sempre esteve presente em eventos públicos, e os discursos traziam a temática eugênica, inicialmente implícita - como a fala transcrita abaixo, e com o se aproximar da década de 1930, mais explicitamente. As palavras reproduzidas foram pronunciadas em festa pública em Alagoinhas por ocasião das comemorações do ‘Dia da Criança’, em 1919.

Cultivemos a criança como plantinha humana que é.
O que faz o arboricultor quando se dispõe a bem alcançar os seus intuitos?
Escolhe a semente, pondo de lado as verdes e as velhas, as mofadas ou bichadas, servindo-se das novas, bem sazoadas, perfeitas, íntegras. Não

³ Esse pensamento marca um segundo momento da trajetória eugênica de Kehl. Até pelo menos o início da década de 1920, ele entendia que a educação poderia ser identificada como prática eugênica, eficaz no processo de regeneração dos corpos e das mentes, essencial ao alcance da civilização e aprimoramento da saúde e erradicação das doenças do meio social. (SOUZA, 2006)

entrega esta semente ao seio da terra má, pobre de seiva, incapaz de recebendo-a dar-lhe o carinhoso e tépido agasalho que permita desabrochar, patentear a vida, que encerra, de uma nova plantinha.
Assim precisamos proceder cultivando o menino, fazendo-nos puericultor
Devemos selecionar os reprodutores da espécie, o homem e a mulher, trabalhando ativamente, ensinando as condições em que se podem e em que se devem casar... (EDUCAÇÃO EUGÊNICA..., 1929:21/22)

No decorrer da década de 1920, passou a utilizar o espaço da ‘Escola Normal’ para além da sala de aula. Em 1923, nomeado mais uma vez diretor, voltou atenção especial às “escolas de aplicação” (anexas ao Instituto), adotando bonecas “bebê” como instrumento pedagógico. Entendia que bonecas atrairiam a atenção e o interesse das crianças, o que facilitaria os colóquios, breves ensinamentos que visavam “inculcar [nas crianças] noções de eugenia e puericultura”. A partir de 1927, anualmente, conferências foram organizadas, evento denominado ‘Semana do Alcool’, que deveria atingir os professores, alunos, e o público das “escolas elementares. Exhibiam-se quadros, mapas murais, desenhos nos quadros, enfim, utilizava-se a propaganda como estratégia educativa das ideias eugênicas, que alcançava também as crianças do jardim de infância, de ambos os sexos. (EDUCAÇÃO EUGÊNICA..., 1929)

Dr. Alfredo Magalhães percebia a educação escolar como não restrita ao programa da disciplina lecionada, mas ocupando o Instituto como um todo, de modo que os ensinamentos eugênicos fossem internalizados e transformassem suas alunas em discípulas. Por ocasião do encerramento dos trabalhos letivos do curso normal, em 31 de outubro (1925) - ato que vinha sendo celebrado desde 1923 – as alunas tinham que fazer um pronunciamento sobre o tema ‘princípios eugênicos’. Eis a fala de uma de suas alunas.

Ora, se conseguimos, auxiliados pelos conhecimentos de zootecnia e filotecnia, a melhora rápida e segura dos animais e vegetais; se a bagueta mágica, no dizer de Darwin, nos é concedida para todos os caprichos da seleção, porque não havemos de melhorar a nossa própria espécie?...
Não devemos, pois, volver nossa atenção para a humanidade e tentar melhorar nossa raça com a criação do homem sadio, forte, belo, sem tara nem degeneração?
Sim; e é para a Eugenia, para a ciência da seleção natural humana que devemos apelar, porque nela se baseiam as esperanças das gerações futuras...
Eugenia é a ciência do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana...
Eugenia é a ciência da boa geração...
O aperfeiçoamento da espécie humana depende da seleção conjugal efetuada com critério, prudência e inteligência..
Para isso devemos educar o povo e criar leis restritivas que impeçam os casamentos entre os seres inaptos à boa geração

Exija-se o exame se sanidade dos nubentes, como são exigidas outras disposições preparatórias
Evitar-se-ão destarte matrimônios prejudiciais, não só aos cônjuges como, principalmente, à inocente prole
Os inocentes filhinhos, como punição divina, pagam os pecados maternos...
(EDUCAÇÃO EUGÊNICA..., 1929, p. 27)

O espaço que o médico-professor ocupou na escola no decorrer da década de 1920 denota um comprometimento com a causa eugênica e sugere um prestígio que o mesmo foi adquirindo na instituição. Espaço que talvez tenha sido vivido com tanta excitação, que tenha feito ele, vez ou outra, se afastar de uma postura mais técnica no ato pedagógico, a ponto de terem surgido queixas quanto à linguagem empregada pelo professor em suas lições.

Defendia veementemente que a eugenia deveria entrar como ‘a,b,c’ nas escolas, da mesma maneira que o catecismo nas igrejas e a bíblia nas casas de família. O discurso higiênico passava por uma questão também moral, quando buscava exercer o controle sobre a sexualidade e combater as práticas classificadas como desregradas, o que aproximava as ordens médica e religiosa. (RIBEIRO, 2006)

Neste ponto é que se acentua o caráter disciplinador da educação higiênica. A infância pobre foi o alvo dessa educação que, através de um sistema de ordenações, teve sua vida conduzida por valores exteriores ao seu contexto sócio-cultural. O sistema de valores empregados, representado pelo saber médico, atuou como controladores sociais, impondo novos hábitos e novas relações no âmbito da família.

Referências

BONILHA, LR, RIVORÊDO, CR. Puericultura: duas concepções distintas. J Pediatr (Rio J). 2005;81:7-13.

GONÇALVES, A.S. Eugenia em debate: Medicina e Sociedade no I Congresso Brasileiro de Eugenia. XIV Encontro de História Anpuh/Rio, 2010.

GONDRA, J.G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2000

GONDRA, J.G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higiene da infância. In: FREITAS, Marcos César; KUHLMANN JR., Moysés (org.). Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

GONDRA, J.G. Homo Hygienicus: Educação, Higiene e reinvenção do homem. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38.2003

GONDRA, J.G.; GARCIA, I. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. Revista Brasileira de Educação, n. 26, maio/jun/jul/ago, 2004

GONDRA, J.G.; FERREIRA, A.G.A. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séc. 17 e 19). Rev. Bras. Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 87, n. 216, p. 119-134, maio/ago. 2006

GONDRA, J.G. A emergência da infância. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 195-214/abr. 2010.

KUHLMANN JR., M. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. (org.). Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALHÃES, A.F. Desenvolvimento do Ensino da Hygiene e da puericultura nas escolas normaes. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

MAGALHÃES, A.F. Educação eugênica em geral consciência da responsabilidade eugênica na família nas escolas, nas universidades. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1930.

RIBEIRO, Rennes Marçal. História da Saúde Mental Infantil: a criança brasileira da Colônia á República Velha. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 1, p. 29-38, jan./abr.2006

REIS, J. R. F.: ‘*De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental*’. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VII(1): 135-157, mar.-jun. 2000.

SOUZA, V.S. A política biológica como projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl- 1917-1932 (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2006.

SOUZA, V.S. Por uma nação eugênica: higiene, raça, identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. Revista Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008.